



O PAPEL DA FAMÍLIA E DO EDUCADOR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR

ARTIGO ORIGINAL

ALVES, Taiane¹, ANTUNES, Maria de Fátima Nunes², ARCARI, Inedio³, CARDOSO, Ronan Guimarães⁴, GARCIA, Alexandro Ferreira⁵

ALVES, Taiane. Et al. **O papel da família e do educador na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 09, Vol. 05, pp. 150-162. Setembro de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar questões inerentes ao papel da família e do educador nos processos de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas no ensino regular. A família, independentemente de seu arranjo, é a responsável por assegurar bens materiais e, principalmente, os aportes afetivos, exercendo, assim, papel determinante na educação formal e informal dos filhos. O educador é outro agente importante nesses processos, pois deve atuar na zona de desenvolvimento próxima dos estudantes com necessidades educacionais especiais, estimulando-os à busca da autonomia e capacidade de desenvolvimento. Nesses meandros, explana-se também um pouco a história da inclusão. Portanto, com o intuito de nortear o estudo, elaborou-se a seguinte questão: Qual é o papel da

¹ Pedagoga pela FCSGN, Pós-graduada em Psicopedagogia da FCSGN, Tradutora Intérprete de Libras, Educação de Surdos.

² Doutoranda em Ensino de Ciências Exatas-UNIVATES, Intérprete de Libras, Ensino; Inclusão e Surdez.

³ Doutor em Engenharia Elétrica- UNEMAT.

⁴ Mestrando em Ensino de Ciências Exatas – Univates.

⁵ Mestre em Ensino de Ciências Exatas.



família e do educador na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular? Para realizá-lo, foi utilizado o método de revisão bibliográfica em artigos e leis que versam sobre família, educador, necessidades educacionais especiais e inclusão escolar. Nesse sentido, percebeu-se que, para haver uma completa inclusão, é necessária a atuação de professores com conhecimentos e motivações. Além disso, o envolvimento familiar é primordial para o desenvolvimento pessoal e cognitivo desse aluno no processo de inclusão do ensino regular.

Palavras-chave: Educação Especial; Professor; Escola; Família.

1. INTRODUÇÃO

Cabe à Unidade Escolar oferecer propostas educacionais adequadas às necessidades educativas especiais e, nessa ação, envolver os alunos. Porém, a colaboração dos pais, profissionais da educação e governo são essenciais, proporcionando momentos de capacitação, além de ofertar adaptações físicas às escolas para que atendam esses estudantes.

A Educação Inclusiva é um assunto amplo, que abrange várias características individuais das pessoas com necessidades educacionais especiais – físicas ou mentais –, podendo-se afirmar que é um objeto de estudo no campo da Pedagogia e que esta não depende somente de um fator, mas de vários, como apoio familiar - afetivo e/ou material -, acessibilidade escolar - transporte adequado, escola com adaptações estruturais ou curriculares e outros.

O professor tem um papel importante nesses processos de adaptação por atuar na zona de desenvolvimento proximal dos alunos com necessidades educacionais especiais e, caso não desempenhem sua função de maneira eficaz, pode levá-los a desistir de frequentar a escola. Nesse sentido, é imprescindível que a família aja como auxiliar de forma a garantir a permanência de seu filho na escola. Certamente, esse incentivo favorecerá a sua caminhada rumo à inclusão.

RC: 97612

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia>



O aluno com necessidades educacionais especiais não deve se sentir discriminado em relação aos colegas, tanto na sala de aula como fora dela, harmonizando, assim, a relação aluno, professor e comunidade. Dessa forma, é construído um sentimento de igualdade, promovendo uma vida mais saudável e prazerosa no ambiente.

Sendo assim, o principal objetivo deste projeto é investigar qual é o papel da família e do educador como adjutores no processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais em sala de ensino regular. Por meio da literatura, essa temática analisa ainda algumas questões inerentes à formação inicial e continuada dos educadores no processo de inclusão. Posto isso, questiona-se: Qual é o papel da família e do educador na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular?

O presente estudo é relevante, já que aborda o papel da família e do educador na formação do aluno especial ante o fato de que é na primeira idade que ocorre a formação de sua personalidade. Em efeito, nesse período, ele está no seio familiar e, quando acontece a sua inserção na escola regular, geralmente, não é muito apoiado pela própria família.

2. A HISTÓRIA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Na Antiguidade, pessoas com necessidades educacionais especiais não eram bem-vistas pela sociedade, especialmente na antiga Grécia, em que o corpo perfeito era idolatrado, e as pessoas com deficiências ou loucura eram abandonadas, ou sacrificadas. Já em Roma, eram mortas ou contidas por um processo de purificação por meio do qual a sociedade acreditava que as estava livrando dos maus desígnios. Assim, a família ignorava esses seres humanos impotentes, sendo-lhes negado o acesso aos bens de serviços, educação e até mesmo o convívio na sociedade, num claro exemplo de discriminação (CORRÊA, 2004).

Segundo as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2002a), as pessoas com necessidades especiais eram vistas como



“doentes”, “retardadas” e incapazes, sempre em desvantagem. A sociedade se atribuía o papel de lhes conceder algum tipo de caridade, o que nunca acontecia, pois eram desconsideradas como se não tivessem nenhuma importância.

Os movimentos internacionais pelos direitos humanos, desencadeados nas últimas décadas do século passado tem propiciado, de maneira crescente, uma visão mais favorável em relação às pessoas com necessidade educacionais especiais (MATO GROSSO, 2002, p. 23).

Na sociedade contemporânea, nota-se que as pessoas com necessidades especiais começaram a ser bem-vistas em função do advento da valorização do ser humano. As portas se abriram para que esses cidadãos pudessem passar os seus conhecimentos embora continuem sendo discriminados por uma parcela da sociedade, bem como em determinadas famílias e até escolas.

Por outro lado, instituições escolares, com atuação cada vez maior nos processos inclusivos, vêm concretizando um acordo que objetiva incluir definitivamente os alunos com necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Segundo Mato Grosso (2002), a prática de inclusão é imprescindível, mas, para que isso ocorra, é substancial a criação de práticas sociais com o propósito de respeitar as diversidades humanas e acabar com a exclusão.

As condições estruturais das escolas, como, por exemplo, uma rampa adequada para uma melhor acessibilidade, barras de apoio no banheiro, currículo inclusivo que trabalhe a autonomia dos alunos com necessidades, são indispensáveis, pois essas ações contribuem significativamente para que aconteça uma educação digna e que atenda esse grupo de estudantes. De fato, uma escola planejada e adaptada é uma forma de demonstrar aos seus discentes que os resultados por eles alcançados são os esperados pelos professores, promovendo uma educação satisfatória a todos os envolvidos no contexto escolar.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2002a), esta deve ser formada de ações que aperfeiçoem orientações,



defendendo a educação especial. Em função das discriminações sofridas por alunos com necessidades educacionais especiais, surgiram leis referentes aos direitos humanos, destacando-se a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948), que lhes assegura a educação pública e gratuita. Essas ideias defendem a inclusão desse grupo de indivíduos, oportunizando -lhes garantias sociais iguais ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento de classes especiais em escolas públicas no Brasil.

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais se fortaleceu com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiência na escola, no trabalho e na comunidade, tendo por objetivo a igualdade e a justiça social. As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2002a) destacam que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, garante “o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino”.

Em efeito, as leis surgiram para favorecer cada vez mais a inclusão dos que precisam da educação diferenciada, propiciando uma forma mais correta de conhecer o direito dos alunos em sala de aula. A igualdade e o direito à educação, com certeza, foram marcos que contribuíram para uma vida mais digna a todos os cidadãos.

Ainda de acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2002a), na história da Educação Inclusiva, destaca-se também a Declaração de Salamanca, dando acesso e qualidade de vida às pessoas com necessidades educacionais. Ela ocorreu na Espanha, em junho de 1994, reafirmando o direito de todos à educação, sendo aprovada por oitenta e oito governos e vinte e cinco organizações internacionais na Conferência Mundial de Educação Especial das Nações Unidas. A citada declaração enfatiza que a educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais é parte integrante do sistema educativo.



No Brasil, segundo os PCNs (BRASIL, 2002b), a primeira escola especial foi criada em 1854, conhecida como o “Imperial Instituto de Meninos Cegos”, com sede no Rio de Janeiro. Já em 1857, fundou-se o “Instituto Imperial de Educação de Surdos”, também no Rio de Janeiro, sob influência europeia, que propagou o modelo de escola residencial para todo o país.

Com as instituições fundadas no Brasil, a educação inclusiva se estruturou e qualificou para atender alunos com necessidades educacionais especiais, dissuadindo qualquer tipo de discriminação, além de abrir portas para todas as crianças. Esse exemplo de educação consiste na utilização de recursos didáticos para aperfeiçoar e demonstrar a necessidade de uma educação especial para todos. Neste sentido, estimula o educador a seguir o seu caminho e os alunos a alcançarem seus objetivos. Com esses argumentos, Brasil (2002a, p. 25-26) sustenta que:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

Usualmente, a Educação Especial é vista como uma emergência para todas as escolas, destacando sempre as necessidades que os alunos encontram em sala de aula, obtendo o apoio das pessoas que sabem o quanto é importante a Educação Inclusiva. Com tantos auxílios prestados aos órgãos educacionais, as conquistas dos educandos e educadores vêm acontecendo; assim, os envolvidos se sentem animados a continuarem a caminhada por uma educação digna para todos.

3. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

Carvalho (2007) afirma que as barreiras enfrentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas é uma característica própria desse grupo, visto que se percebem dificuldades até mesmo nas mudanças que devem ser feitas para



que se mantenham incluídos na escola, envolvendo a prática pedagógica. Também não se pode descartar que um dos obstáculos que esses estudantes enfrentam é a falta de preocupação dos pais. Ainda segundo Carvalho (2007, p. 122), “As famílias são culpabilizadas, porque ausentes, desestruturadas, iletradas ou, simplesmente porque, conforme dizem, não querem ajudar, entendem que a aprendizagem de seus filhos é tarefa da escola”.

De fato, a participação da família na vida escolar dos filhos é fundamental para que aconteça o desenvolvimento dos que têm necessidades educacionais especiais, pois é nesse ambiente que surge a vontade de aprender, o desejo de saber. Nada é mais significativo para as crianças do que mostrar o que sabem a seus pais, e estes, em seu papel, devem dar atenção adequada aos filhos com necessidade especiais. Essa demonstração de interesse é indispensável ao seu desenvolvimento psicológico, cognitivo, afetivo e emocional.

Carvalho (2007, p.123) assevera que o motivo de a família não ser muito frequente na escola se deve ao fato de que ela raramente é convidada para participar de questões decisórias do gerenciamento escolar. Segundo o autor, a escola é uma instituição que enfrenta uma crise relacionada ao enfraquecimento de sua relação com os pais, que, geralmente, são apenas convocados para reuniões intermináveis ou ouvir reclamações sobre seus filhos, tornando essa aproximação uma ação desagradável. Com isso, afetados, não valorizam corretamente o desenvolvimento dos filhos, que, por sua vez, deparam-se com um sentimento de impotência, o que pode levá-los a se desinteressarem pela escola, inclusive à desistência, pois não encontram o apoio de que tanto necessitam de seus genitores.

No imaginário coletivo dos educadores o fracasso é produzido, predominantemente, por ‘culpa’ do aluno que, segundo muitos: é pouco inteligente, com problemas de comportamento, defasado intelectualmente, é oriundo de famílias muito pobres, desajustadas, e sem exemplos domésticos a serem seguidos, como ideais de vida (CARVALHO, 2007, p. 124).

Os alunos especiais, que tendem a desistir da escola, devem ter um olhar mais atento do professor, que não pode descartar a hipótese de que algum problema fora



da escola esteja ocorrendo, como um desafio no seio familiar, ou algo mais grave. Para que aconteça o sucesso escolar no âmbito dos estudantes com necessidades educacionais especiais, é preciso, primeiramente, o amor dos pais, da família e dos professores, pois sem ele, certamente, não atingirão o sucesso educacional.

Carvalho (2007, p.127) defende também que a maior barreira entre a escola e o aluno especial e seus familiares está no Projeto Político Pedagógico, que deveria contar com professores itinerantes para atendimento especializado fora do ambiente escolar, como em hospitais ou domicílio. Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação (2006) afirma que esses educandos, ao terem contato com os recursos apropriados – humanos, físicos, políticos e outros - nas escolas, derrubarão as barreiras que ainda estiverem enfrentando.

Assim, cabe também aos educadores auxiliarem na queda de tais barreiras, garantindo o acesso a esses alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Para isso, precisam conquistar o apoio da família e dos que estão à sua volta, principalmente dos colegas de sala de aula, local em que esses discentes encontram a ajuda de que tanto necessitam no seu dia a dia. Esse processo deve ser permanente; a convivência desses estudantes no ambiente escolar deve ser efetiva e constantemente livre de qualquer tipo de discriminação.

4. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O professor, para atender à demanda dos alunos com necessidades educacionais especiais, necessita estar em busca de qualificação, pois somente assim obterá resposta e aceitação dos seus educandos. Ademais, é uma ação que beneficia as famílias atuantes na vida escolar de seus filhos no sentido de receberem informações sobre a maneira de auxiliá-los nas tarefas de casa, bem como no tocante à patologia, cujo resultado é uma troca de experiências.



Mantoan e Prieto (2006, p. 56) destacam que, na LDB, art. 58, III, “são previstos professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, e professores de ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Portanto, conforme os autores supracitados, para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, o docente deve ter conhecimentos na área para levar à sala de aula diversas formas de atividades educacionais pedagógicas, tornando a aprendizagem mais dinâmica e prazerosa para ambos e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento escolar discente.

A capacitação dos professores merece destaque, já que é por meio deles que acontece o desenvolvimento dos alunos. O Ministério da Educação e Cultura é um órgão que atende às escolas; sendo assim, cabe-lhe implantar programas que transformem a realidade: a existência de profissionais incapacitados para trabalhar a inclusão, tanto nas esferas municipais quanto estaduais, dando-lhes total apoio, bem como aos estudantes. Conforme Sampaio e Freitas (2021, p.21), “É desafiador trabalhar a inclusão escolar, assim, fazer com que os profissionais estudem juntos proporcionará, além do conhecimento técnico, a troca de experiência, que será válida tanto quanto a absorção dos conceitos teóricos da inclusão”.

Entretanto, Bruno (2008) pondera que as ações de políticas públicas são complicadas e estão em permanente evolução. Palumbo (1994, p. 350) corrobora essa ideia ao asseverar que a política “é um processo, uma série histórica de interações, ações e comportamentos de muitos participantes”. Os dois autores inferem que propostas políticas não são palpáveis, devendo ser entendidas como uma sequência de ações a serem realizada pelos órgãos competentes ao longo do tempo.

Já Mantoan e Prieto (2006, p. 58) enfatizam que “o conhecimento dos domínios teóricos e práticos dos professores é essencial para subsidiar a formulação de políticas para sua contínua formação pelos sistemas de ensino”. Por sua vez, Lourenço (2010) assegura que a formação do professor é importante; contudo, não



é suficiente para se construir uma escola inclusiva e cita duas causas, a saber: as exclusões social e escolar não envolvem apenas dificuldades de ordem pedagógica, mas também econômica, política, social e cultural. Ademais, embora aponte caminhos que conduzam o docente a refletir sobre a sua prática, para desenvolver ações pedagógicas mais apropriadas, a formação continuada não o ensinará precisamente como proceder, o que fazer ou deixar de fazer.

Conforme o autor supracitado, cabe ao professor ter um olhar individualizado para cada estudante e, assim, reconhecer e perceber suas dificuldades e limitações quanto ao aprendizado e criar planos didáticos visando tornar o entendimento dos conteúdos também agradável e revigorante. Além disso, é importante proporcionar atividades aos alunos da escola inclusiva, derrubando obstáculos atitudinais e preconceitos que, porventura, prejudiquem o desenvolvimento, bem como a relação da turma no proceder do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Lourenço (2010), para estimular a inclusão, o professor precisa, além da formação continuada, ter um olhar apurado para seus estudantes e estar preparado para o planejamento de novas estratégias. Sendo assim, estará apto a enfrentar as dificuldades que aparecerem, haja vista que, para atuar em uma escola inclusiva, é imprescindível atender às necessidades de cada turma e escola à medida que forem surgindo, pois é impossível conhecer previamente os problemas a serem superados. O nomeado autor acrescenta que “A inclusão atribui um olhar para cada pessoa como um indivíduo em desenvolvimento, que necessita de caminhos para ampliar sua potencialidade” (LOURENÇO, 2010, p. 250). Sendo assim, trata-se de uma movimentação com o intuito de unir a todos; logo, temos uma incumbência muito ampla, pois a inclusão, para existir, dependerá de cada um de nós.

O conhecimento do professor referente aos alunos em sua sala de aula é importante, pois é uma maneira de analisar o que ele está lhes transmitindo. Segundo Oliveira (2006), o educador almeja que os objetivos sejam alcançados, podendo levar em consideração o modo pelo qual aplica as práticas educacionais condizentes aos benefícios aluno-professor. Portanto, na contemporaneidade, os



professores que estão presentes em salas de aula e seus alunos com necessidades educacionais especiais precisam trabalhar em conjunto com os demais docentes, utilizando seus conhecimentos para proporcionar o ensino/aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um fator muito importante da inclusão é que não se trata de um movimento isolado, mas sim de uma mobilização, ou seja, não há uma classe específica responsável para ela acontecer. São professores, gestores, pais e sociedade que se unem para beneficiar aqueles que estão na condição de alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, o presente artigo abordou o papel da família e do educador na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Nesse sentido, sabe-se que muitos são os fatores que envolvem a inclusão, como estruturas físicas adequadas, currículos apropriados, entre outros. Contudo, nesse processo, é notório que a família e o educador, bem como a comunidade em seu entorno, são indispensáveis à vida dessas pessoas.

Conclui-se, portanto, que a presença da família é fundamental no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Na primeira infância, mesmo que frequentem a escola, é em casa que recebem os estímulos iniciais para o seu desenvolvimento. Saber que seus familiares se importam também é essencial ao seu envolvimento nas atividades que lhes são propostas e estiverem ao seu alcance.

Concernente ao educador, é visível a seriedade de sua função nesse processo, pois, apesar de todas as dificuldades físicas, humanas, documentais, entre outras, que possam surgir, cabe a ele o papel inicial de promover a inclusão. Neste sentido, em conjunto com a família, vai superando as barreiras que impedem os alunos com necessidades especiais de serem inseridos e aceitos na sala de aula regular.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20construir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica**. 4. ed. Brasília: MEC, 2002a.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 2002b.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL; Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **A construção da escola inclusiva**: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. In Revista @mbienteeducação, São Paulo, v.1 - n. 2, p. 56-67, ago./dez. 2008.

CARVALHO, Rosita Edler; **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos "IS"**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 16 maio 2006, Seção 1, p. 11.

RC: 97612

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia>



CORRÊA, M. A. M. **Educação Especial**. Volume 1 – Módulos 1 a 4. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

LOURENÇO. E. **Conceito e prática para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte. Cadernos da Diversidade, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MATO GROSSO. **Educação Básica do Mato Grosso**. Cuiabá: Estado do Mato Grosso, 2002.

OLIVEIRA, Wilandia, M. **Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem**. 2006. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Direitos Humanos**. Unicef, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PALUMBO, Dennis J. **A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América**. In: Política de capacitação dos profissionais da educação. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1994. p. 35-61.

SAMPAIO, S.; FREITAS, I. B de (Orgs.). **Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades educativas especiais**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2021.

Enviado: Junho, 2021.

Aprovado: Setembro, 2021.

RC: 97612

Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/papel-da-familia>